

Universitários querem revogar Decreto

Os aumentos elevados nas mensalidades não se limitam às escolas de Primeiro e Segundo Graus. Os estudantes de nível superior estão tendo que enfrentar o mesmo problema. Inconformados, nos últimos dias eles têm promovido inúmeras manifestações pela Cidade. A reivindicação é uma só: a revogação do Decreto nº 95.720, assinado em fevereiro pelo Presidente José Sarney, que liberou o reajuste das mensalidades escolares sob o regime de liberdade vigiada.

Esta semana, um grupo de estudantes da Universidade Santa Ursula é da Faculdade Hélio Alonso ocuparam as pistas da Rua Pinheiro Machado, chegando a ameaçar invadir o Palácio Guanabara, para protestar contra o aumento das mensalidades. No curso de Engenharia, um dos mais caros, o aumento acumulado do ano passado

para cá foi de 1 mil 400 por cento: em fevereiro, o valor cobrado era de CZ\$ 890,00 e passou este ano para CZ\$ 15 mil.

O Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Diretório Central dos Estudantes da USU, William Campos, diz que a liberdade na majoração das mensalidades extrapola o nível que pode ser aceito pela classe média.

— A liberdade no aumento das mensalidades impede que muitos alunos se matriculem — afirma.

William Campos, que já havia previsto no início deste ano um confronto entre estudantes e donos de escolas de Terceiro Grau, acredita que este problema só será encerrado quando houver uma fixação do percentual a ser cobrado pelas instituições particulares.

Esta semana, o Presidente da UNE se reuniu com a Presidenta

da Associação de Pais de Alunos do Estado do Rio de Janeiro (Apaerj), Carmelena Pereira, para pedir que o movimento em favor da revogação do Decreto 95.720 seja unificado entre os alunos de Primeiro, Segundo e Terceiro Graus.

Na próxima quinta-feira, dia 7, Dia Nacional de Mobilização Contra Liberação das Mensalidades e em Defesa da Escola Pública, as entidades estudantis no Rio programam vários movimentos.

Na última quarta-feira, o Curador de Justiça dos Consumidores encaminhou notificação ao Presidente em exercício do Conselho Estadual de Educação, Professor Ernesto de Souza Freire Filho, determinando prazo de 20 dias — contado a partir desta segunda-feira — para que o órgão fixe os valores das semestralidades do ensino de nível superior.